

Algumas críticas ao argumento ontológico de Anselmo de Aosta

Some critics of the argument ontological Anselm of Aosta

Eleonoura Enoque da Silva¹
Rebecka Rabêlo de Medeiros²

“Tivemos a aptidão de supor uma ontologia suficientemente maciça para desabar sob seu próprio peso.”(Quine)

Resumo

O tema deste artigo é a crítica ao argumento ontológico da prova da existência de Deus, elaborado por Santo Anselmo de Aosta. Esta crítica será feita a partir da perspectiva de Gaunilo, monge medieval, Immanuel Kant, filósofo moderno, e de Quine, pensador contemporâneo. Temos por finalidade demonstrar a inconsistência do argumento ontológico à medida que parte do apriorismo, e pretende requerer que, por poder ser pensado, Deus necessariamente exista na realidade.

Palavras-chave: 1. Deus. 2. Existência. 3. Realidade.

Abstract

The theme of this paper is the critical to the proof of the ontological argument of God's existence, designed by St. Anselm of Aosta. This criticism will be taken from the perspective of Gaunilo, medieval monk, Immanuel Kant, modern philosopher, and Quine, contemporary philosopher. We intend to demonstrate the inconsistency of the ontological argument according as it part of the *a priori*, and intends to require that by can be thought of God necessarily exists in reality.

Key words: 1. God. 2. Existence .3. Reality.

¹ Professora do Curso de Filosofia da UNICAP e doutoranda em Filosofia pela UFPB.

² Graduada em Filosofia pela UNICAP e professora do Seminário Teológico Batista, Recife-PE

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, analisaremos criticamente o argumento ontológico sobre a existência de Deus, de Santo Anselmo de Aosta³, filósofo medieval, que promove uma busca racional da comprovação da existência divina, e, no argumento em questão, utiliza-se de um pretenso apriorismo ontológico da existência divina para compor uma de suas mais contundentes provas a este respeito. Em um primeiro momento, faremos algumas considerações preliminares a respeito do argumento e, em seguida, a exposição dele, aproximando-nos o mais imparcial e fielmente possível da proposta de Santo Anselmo, buscando compreender seus motivos, disposições, engenhosidade presentes na construção do referido argumento. Após isso, examinaremos a objeção de Gaunilo ao argumento, percebendo o alcance dessa crítica, sua fundamentação, solidez e pertinência. Passaremos à abordagem da crítica kantiana, examinando em que consiste tal objeção. E, por fim, lançaremos mão da filosofia de Quine, buscando em suas teorias sobre nomeação, significado e crítica ao apriorismo e analiticidade, base para uma demonstração contundente da inconsistência do argumento ontológico, principalmente frente às questões da linguagem que hoje são levantadas no meio filosófico. Devido à importância que se deu ao argumento ontológico de Santo Anselmo, que foi inclusive revisitado por São Tomás de Aquino, e a dimensão que tomou como um grande marco na busca da comprovação da existência de Deus, tornando-se um grande trunfo da metafísica medieval, e um grande ponto para os realistas na querela dos universais, é ainda hoje relevante retomarmos este argumento, e o analisarmos sob uma perspectiva menos fechada e rudimentar, já livres das amarras de uma metafísica engessadora,

³ Santo Anselmo nasceu no ano de 1033, na vila italiana de Aosta. Foi prior, abade e mais tarde arcebispo de Cantuária, onde morreu, em 21 de abril de 1109. A obra dele encontra-se situada no contexto da Filosofia Medieval, mais especificamente dentro da Filosofia Escolástica.

e a luz da liberdade analítica que busca acima de tudo, a consistência daquilo que pretendemos dizer como verdade.

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O ARGUMENTO DE ANSELMO

Anselmo de Aosta acreditava que as verdades da fé pudessem ser analisadas pela razão, e entendia que a própria dialética, se usada apropriadamente, seria uma ferramenta através da qual se poderia explicitar verdades da fé (WALKER, 2006), uma vez que na sua concepção “ o ponto de partida intelectual arranca sempre da fé, porém apela para a razão para descobrir nela o significado oculto.”(STREFLING, 1997, p. 31). É baseado nisto que ele se propõe tratar a respeito da existência de Deus , e de sua natureza, utilizando-se de métodos dialéticos, racionais. A primeira obra a respeito da existência de Deus foi o *Monologion*, onde Santo Anselmo constrói provas *a posteriori*, ou seja, provas que partem dos efeitos (ou fatos) para chegar a causa, a existência de Deus; podendo ser também chamadas de provas cosmológicas, uma vez que traçam um caminho onde do mundo se chegaria a Deus. Estas provas são quatro e demonstram a existência de Deus a partir dos conceitos de bondade, grandeza, ser e graus de perfeição dos seres (MEDEIROS, 2013). Algum tempo depois de escrever o *Monologion*, Santo Anselmo aparentemente insatisfeito com as provas que apresentara na referida obra, resolveu escrever uma nova obra tratando da mesma questão da comprovação da existência de Deus utilizando, entretanto, um método diferente. No *Proslogion* ele apresenta um único argumento, que busca provar a existência de Deus sem recorrer a nada externo à própria ideia de Deus. O novo argumento exposto por Santo Anselmo é, então, *a priori*, partindo da definição de Deus para deduzir dela a sua existência (MONDIN, 2003, p. 156). Esse argumento representa um grande salto na teodiceia medieval, visto que nele se encontra um certo equilíbrio entre a reflexão filosófica e o dado teológico (STREFLING, 1997). Ademais este argumento ansel-

miano é de enorme importância na história da filosofia como um todo. À época de Santo Anselmo esse argumento era conhecido como “*ratio Anselmi*”, entretanto, desde Kant, passou a ser denominado argumento ontológico.

Esta prova da existência divina teve uma imensa repercussão em toda a história da filosofia. Já nos tempos de Santo Anselmo um monge chamado Gaunilon atacou esse argumento (...). Depois, dividiram-se as opiniões, tendo a interpretação do argumento divergido. S. Boaventura aproxima-se dele. S. Tomas repele-o. Duns Escoto aceita-o, modificando-o. Descartes e Leibniz servem-se dele, com certas alterações. Depois, Kant, na *Crítica da Razão Pura*, estabelece a sua impossibilidade, de um modo aparentemente definitivo. Posteriormente, porém, Hegel retoma-o em termos distintos, e mais tarde aparece estudado profundamente em Brentano e, sobretudo no Padre Graty, no séc. XIX. (MARIAS, 1987, p. 154)

O *Proslogion*, obra em que está contida o referido argumento, conta com vinte e seis capítulos, havendo a exposição do argumento entre os capítulos dois e quatro. É uma obra de grande beleza literária, e apresenta a peculiaridade de unir sem nenhuma oposição, a prece e a dialética (MARTINES, 1997).

Para compreender o argumento, é preciso considerar alguns pontos basilares sem os quais não se chega a uma compreensão clara desse. De acordo com Zilles (1989), é preciso ter em mente que Anselmo parte de uma noção de Deus fornecida pela fé; que o argumento pressupõe a convicção de que o existir no pensamento é verdadeiramente existir; dessa forma a noção da existência de Deus no pensamento implica afirmar sua existência na realidade; aquilo que existe na realidade é maior, mais perfeito do que o que existe só no intelecto; e, por fim, negar que aquilo sobre o qual não se pode pensar nada maior exista na realidade configura uma contradição.

2 A EXPOSIÇÃO DO ARGUMENTO ONTOLÓGICO

O ponto de partida de toda ação intelectual de Santo Anselmo, conforme já visto, é a fé e, isto não é diferente na demonstração do argumento ontológico. Nele, Anselmo vai raciocinar a partir da ideia de Deus que a fé lhe proporciona, o que fica explícito na seguinte sentença, que é o postulado base do argumento ontológico: “Cremos, pois, com firmeza, que tu és um ser do qual não é possível pensar nada maior.” (ANSELMO, 1988, p. 93). O primeiro fato a se observar nesta noção de Deus, base do argumento ontológico, é que nele não há menção de nenhum nome divino, e “isto tem importância desde o momento em que tal fórmula se apoia no recurso dialético que a negação do insensato desencadeia.” (STREFLING, 1997, p. 46). Desse modo, Anselmo transmuta a noção de Deus, nascida da fé, em uma noção do pensamento, e começa a dinâmica do argumento que surge a partir desta negação do insensato.

(...) o insipiente disse em seu coração: ‘Deus não existe’. Porém, o insipiente, quando eu digo: “o ser do qual não se pode pensar nada maior”, ouve o que digo e o compreende. Ora, aquilo que ele compreende se encontra em sua inteligência, ainda que possa não compreender que existe realmente. Na verdade, ter a ideia de um objeto qualquer na inteligência, e compreender que existe realmente, são coisas distintas (...) O insipiente há de convir igualmente que existe na sua inteligência o “ser do qual não se pode pensar nada maior”, porque ouve e compreende essa frase; e tudo aquilo que se compreende encontra-se na inteligência. (ANSELMO, 1988, p. 93)

A partir daí, inicia-se a afirmação da existência de Deus mediante a possibilidade de Ele ser pensado, visto em Deus existência e essência serem uma única e mesma coisa. E, sendo esse o “ser do qual não pode ser pensado nada maior”, ele deve existir na realidade porque aquilo que existe somente na inteligência e não na realidade não é maior do que aquilo que existe tanto na inteligência quanto na realidade. Assim, este ser existiria tanto no intelecto quanto na realidade porque é melhor que assim o seja,

porque é maior o que exista no intelecto e também na realidade, e nada pode lhe ser maior.

Mas, “o ser do qual não é possível pensar nada maior”, não pode existir somente na inteligência. Se, pois, existisse apenas na inteligência, poder-se-ia pensar que há outro ser existente também na realidade; e que seria maior. Se, portanto, “o ser do qual não se pode pensar nada maior” existisse somente na inteligência, este mesmo ser, do qual não é possível pensar nada maior, tornar-se-ia o ser do qual é possível, ao contrário, pensar algo maior: o que certamente é absurdo. Logo, “o ser do qual não se pode pensar nada maior” existe, sem dúvida, na inteligência e na realidade. (ANSELMO, 1988, p. 93)

Anselmo prossegue com a demonstração do argumento levantando a questão de que admitir a possibilidade de pensar que Deus não existisse tanto na realidade quanto na inteligência configuraria uma contradição, visto que aquilo sobre o qual nada maior pode ser pensado, se pensado como não existente, deixaria de ser aquilo maior do que o qual não é possível pensar-se, pois se ele não existisse, seria então menos do que aquilo que existisse na realidade. E é exatamente a partir da possibilidade de pensá-lo como não existente que surge a contradição dialética do insensato quando em seu coração diz não haver Deus. Para que o insensato enunciasse Deus, necessariamente, o conceito desse estaria presente no seu intelecto.

Mas como disse no coração aquilo que não pode ser pensado – ou como não pôde pensar o que disse no coração, uma vez que dizer no coração e pensar são a mesma coisa? Mas, se verdadeiramente, ou antes, dado que verdadeiramente pensou, porque disse no coração e não disse no coração porque não pôde pensar: não se diz com um único significado que algo está no coração ou que é pensado.. (ANSELMO, 1988, p. 94)

Santo Anselmo finaliza a exposição do argumento negando o valor lógico dessa negação do insensato, visto que, no seu entendimento, ninguém que seja capaz de entender a noção

de Deus pode dizer que Ele não exista. Ou seja, se Sua essência confunde-se com sua existência, então na medida em que se pensa na noção de Deus se afirma sua existência, mesmo que quem o faça o faça de modo equivocado como o insensato.

Realmente, ninguém que entenda o que Deus é pode pensar que Deus não existe, ainda que diga estas palavras em seu coração ou sem nenhum significado, ou com um significado inadequado. Com efeito, Deus é aquilo maior do que o qual não é possível pensar-se. (ANSELMO, 1988, p. 94)

3 AS CRÍTICAS DE GAUNILO E KANT

O argumento ontológico foi criticado inicialmente por Gaunilo, um monge, medieval, notavelmente inteligente, de espírito bastante crítico que, não obstante admirasse e respeitasse a obra de Santo Anselmo, contestou a validade do argumento, e posicionou-se a favor do ‘insensato’. Colocando-se, então, no partido do ‘insensato’, Gaunilo escreve uma resposta ao argumento anselmiano intitulado – em português – *Livro em favor de um insensato*⁴. Nessa obra, Gaunilo se nega a admitir que não se possa pensar que Deus não existe, e entende que o próprio fato de pensar que alguém pense que Ele não exista já seria a afirmação da possibilidade de pensar a não existência de Deus. Do mesmo modo, a própria necessidade de provar a existência de Deus já denotaria que a existência Dele poderia ser tomada por duvidosa, ou falsa (STREFLING, 1997).

A crítica de Gaunilo consistiu basicamente no fato de Anselmo deduzir do *esse in intellectu* o *esse in re*, isto é, deduzir da ideia do ser a realidade deste. Gaunilo chama a atenção para o fato de que o pensamento não se ocupa apenas do que existe, podendo-se pensar no que não existe, ou que não é suscetível de existir, ou ainda podendo-se produzir pensamentos falsos. E,

⁴ Em latim, o título era *Quid ad haec responde at quidam pro insipiente*.

ainda, para ele, o fato de se pensar sobre Deus, e compreender o significado da palavra “Deus” não implica, necessariamente, que seja então impossível pensar que Ele não exista (BOEHNER; GILSON, 1988). Nas palavras do próprio Gaunilo, temos o seguinte:

Se algo está na minha inteligência somente porque compreendo as palavras que o expressam, então não seria possível, também, afirmar o mesmo a respeito das coisas falsas ou absolutamente inexistentes, isto é, que se encontram na minha inteligência, porque, ao ouvir alguém falar nelas, eu as compreenderia?(...) Se fosse assim, em primeiro lugar, não haveria na inteligência dois momentos, um quando se compreende a ideia do objeto, e outro, a sua existência, como acontece com uma pintura, que primeiro se encontra na mente do pintor e , sucessivamente na obra realizada. Em segundo lugar, é bastante difícil acreditar que, ao se ouvir pronunciar aquela frase, não seja possível pensar que Deus não existe (...). (GAUNILLO apud STREFLING, 1997, p. 73)

Gaunilo questiona, ainda, a própria possibilidade de pensar em Deus, visto que não haveria como conhecê-lo em si mesmo, ou compreendê-lo, uma vez que não haveria algo com o que Ele se assemelhasse, não havendo nenhuma noção genérica ou específica que pudesse servir de auxílio neste ponto (STREFLING, 1997).

A objeção de Gaunilo é forte também quanto ao pressuposto de que, simplesmente, porque é melhor que uma coisa exista tanto na inteligência quanto na realidade, do que se existisse somente na inteligência, então se deve afirmar daí, necessariamente, a existência, e realidade, de uma natureza superior a todas as outras, e que exista no intelecto e na realidade. Sobre isso ele levanta a questão de que, então, se poderia provar a existência de uma ilha perdida, superior a todas as demais existentes, partindo do mesmo pressuposto.

Alguns afirmam, por exemplo, que há uma ilha num ponto qualquer do oceano e que pela dificuldade, ou melhor, a impossibilidade de achá-la, pois não existe, denominam

de ‘Perdida’. Constam-se dela mil maravilhas, mais do que narra a respeito das ‘Ilhas Afortunadas’; que devido à sua inestimável fertilidade, ela está repleta de todas as riquezas e delícias e que, apesar de não haver lá nem proprietário nem habitantes, supera, em fartura de produtos, todas as terras habitadas pelos homens. Venha, qualquer pessoa dizer-me que tudo isso existe e eu compreenderei facilmente, pois suas palavras não apresentam para mim nenhuma dificuldade. Mas se, ainda, essa pessoa quisesse acrescentar, como consequência: tu não podes duvidar mais que essa ilha, a melhor que todas que há na terra, exista de verdade nalguma parte, porque conseguistes formar uma ideia clara da mesma na tua inteligência; e, como é melhor que uma coisa exista na inteligência e na realidade do que apenas na inteligência, ela necessariamente existe, porque, se não existisse, qualquer outra terra existente na realidade seria melhor do que ela, e assim ela, que tu pensas a melhor de todas, não seria mais a melhor. (GAUNILO apud STREFLING, 1997, p. 76)

Quanto à afirmação anselmiana de que o insensato encontrar-se-ia em contradição ao pensar como não existente ‘aquilo maior do que o qual nada pode ser pensado’, Gaunilo a repele colocando que não se pode colocar o tal insensato em contradição consigo mesmo uma vez que aquele jamais admitiu a existência real do tal ser superior. Só haveria a contradição a partir da admissão desta existência (STREFLING, 1997), algo que o insensato não faz. Gaunilo rejeita a dialética anselmiana, e no geral, a partir de sua análise filosófica do argumento anselmiano, ele conclui que esse era inconsistente, e que não se poderia pensar realmente em algo sobre o qual não é possível se formar um conceito, já que as palavras teriam significações distintas, e entre a linguagem, o pensamento e a realidade haveriam divergências. Essas objeções de Gaunilo levaram Santo Anselmo a fazer uma segunda redação do seu argumento, não modificando nada essencialmente, mas melhorando sua fundamentação metafísica.

Na filosofia moderna, encontramos também uma severa crítica à inconsistência do argumento ontológico, formulada por Kant. A crítica desse irá se basear fundamentalmente no fato de

que ‘ser’ não é um predicado real, não é um conceito e portanto não pode ser utilizado como meio de acrescentar conceito a qualquer outra coisa. E, além disso, no fato de que uma proposição existencial não pode ser necessária, visto que eliminando-se o sujeito, naturalmente elimina-se, sem contradição, o predicado. Sobre este último ponto Kant afirma

Se se anula a existência do ser, então se anula a própria coisa como todos os seus predicados; e nenhuma questão de contradição pode ser levantada. Extrinsicamente, nada há que seria contradito, pois a necessidade da coisa não é supostamente derivada de algo externo; nem há tampouco algo interno que seria contradito; pois, ao anular a própria coisa, anulou-se simultaneamente tudo que lhe é intrínseco. (KANT, 2012)

Desse modo, não haveria qualquer contradição, ou impossibilidade, de negar-se a existência de Deus. Não haveria, ademais, na afirmação de que ele existe, como que por necessidade, por ele ser pensado enquanto ‘o ser maior do que o qual nada pode ser pensado’, a implicação lógica de que ele exista, nem a validação da sentença de que ‘Deus existe’. Não haveria, também, nenhum tipo de ligação entre causa necessária e suficiente entre o sujeito e o predicado existencial. Conquanto, a objeção kantiana é mais forte quanto ao fato de que ‘ser’ não é um predicado real, nada acrescentando a um conceito, o que estaria também profundamente ligado à questão da analiticidade dos juízos. Sobre esse aspecto Kant pontua que

É óbvio que ser não é um predicado real, isto é, não é um conceito de algo que se possa acrescentar ao conceito de uma coisa. É apenas o postular de uma coisa ou de certas determinações em si mesmas. No seu sentido lógico, é apenas a cópula de um juízo. (...) [se] disser “Deus é” ou “Existe um Deus”, não estarei postulando qualquer novo predicado que acrescento ao conceito de Deus, estarei apenas o postulando como um objeto que está em relação ao meu conceito. (KANT, 2010)

Esta objeção kantiana repercutiu no ambiente filosófico, em seu tempo, e reverbera até hoje como uma crítica consistente. A crítica de Kant, assim como a de Gaunilo, não se atém ao campo metafísico, por assim dizer, no sentido de questionar a existência de Deus, mas no campo da linguagem, da lógica, questionando a validade e suficiência do argumento. É precisamente esse aspecto de tais críticas que abre a possibilidade de uma crítica contemporânea, ligada à analítica, à linguagem.

4 UMA CRÍTICA CONTEMPORÂNEA A PARTIR DE QUINE

Há possibilidade de construirmos uma crítica contemporânea ao argumento ontológico de Anselmo, a partir da filosofia da linguagem, especialmente de Quine. Essa crítica, sob certa perspectiva, seria um complemento tanto da crítica de Gaunilo, quanto à de Kant, mas traria à tona ainda outras questões que à época não eram discutidas.

A discussão sobre significado, nomeação e referência perpassam a filosofia de Quine, e encaixa-se perfeitamente com uma crítica ao argumento anselmiano, à medida que fica evidente a pretensão de Anselmo em requerer, para Deus, a categoria de existente unicamente porque Ele pode ser pensado, ser nomeado, compreendendo a existência dele como um dado apriorístico, como algo que o pertence necessariamente.

Em um primeiro momento, levando em consideração o caráter apriorístico do argumento ontológico, podemos trazer à tona a crítica de Quine ao apriorismo, contida na sua crítica ao primeiro dogma do empirismo, que é a distinção entre analítico e sintético, especialmente no que diz respeito ao conceito de analiticidade. Para Quine, os enunciados analíticos, que partem do apriorismo, base da construção do argumento de Anselmo, apresentam insuficiência na medida em que esse tipo de conceito se limita a enunciados na forma sujeito e predicado e, principalmente, recorre à noção do que ‘está contido’ no sujeito, algo que ficará sempre em nível metafórico, uma vez que o que é dado aprioris-

ticamente não necessitaria de qualquer fato para ser validado, seu valor estaria ligado unicamente ao seu significado. Entretanto, há ainda uma grande pretensão no argumento anselmiano à medida que ele compreende que se há a possibilidade de se falar sobre Deus - ou se pensar sobre Ele- então Ele necessariamente deve existir na realidade.

Se, portanto, “o ser do qual não se pode pensar nada maior “existisse somente na inteligência, este mesmo ser, do qual não é possível pensar nada maior, tornar-se-ia o ser do qual é possível, ao contrário, pensar algo maior: o que certamente é absurdo. Logo, “o ser do qual não se pode pensar nada maior” existe, sem dúvida, na inteligência e na realidade. (ANSELMO, 1988, p. 93)

Esse ponto remete a uma problemática trabalhada por Quine no artigo “Sobre o que há”. Nesse artigo, levanta-se a questão de como responder à pergunta ‘O que há?’, que, em um primeiro momento, tem como resposta insatisfatória ‘Tudo’. Essa pergunta sobre o que há desencadeia então uma sucessão de argumentos que correspondem à variadas perspectivas sobre o que pode, de fato, haver. É nesse ponto que encontramos, nos argumentos de dois personagens fictícios, McX e McY, e na sua discussão sobre o ser de Pégaso, pontos de reflexão a partir dos quais podemos compreender ou refutar o argumento ontológico de Santo Anselmo.

Em um primeiro ponto teremos, aproximando-se do McX, o mesmo sentido do argumento ontológico quando pressupõe que a ideia-mental é distinta da coisa em si, entretanto, quando falo, por exemplo, de Deus, não é meramente da ideia de Deus que falo, de uma entidade mental, mas dele em si e à medida que negássemos essa ideia, estaríamos na realidade entrando em contrassenso, e caindo no emaranhado da barba de Platão.

Esse é o velho enigma platônico do não ser. O não ser deve, em certo sentido ser, caso contrário, o que é aquilo que não há? Essa doutrina emaranhada pode ser apelidada de a barba de Platão; (...) É uma tal linha de pensamento que conduz filósofos como McX a atribuir ser,

ali onde, em vez disso, eles deveriam se contentar em reconhecer que não há nada. (QUINE, 2011, p. 12)

Essa perspectiva conduz também o argumento de Anselmo. Mas, podemos opor a isso uma ideia mais perspicaz, como a do personagem quineano McY, que, embora ainda não seja suficiente para dirimir toda a insuficiência da teoria original, ameniza as implicações ontológicas, propondo que algo – no caso de Quine, Pégaso; no nosso, Deus – **pode ter ser enquanto possível não realizado**. Evidentemente, essa proposta opõe-se frontalmente a ideia anselmiana evidenciada no fato de que

Se, portanto, “o ser do qual não se pode pensar nada maior” existisse somente na inteligência, este mesmo ser, do qual não é possível pensar nada maior, tornar-se-ia o ser do qual é possível, ao contrário, pensar algo maior: o que certamente é absurdo. Logo, “o ser do qual não se pode pensar nada maior” existe, sem dúvida, na inteligência e na realidade. (ANSELMO, 1988, p. 93)

Se assumíssemos a possibilidade de Deus existir apenas enquanto ser possível não realizado, estaríamos caminhando por um terreno perigoso, de um universo superpovoado de possíveis. Trabalhar com o conceito de possibilidades, findaria por gerar grandes problemas ontológicos assim como os conceitos de necessidade, contingência e impossibilidade. O problema da insuficiência da sustentação da existência de Deus como algo que exista no intelecto e na realidade, continuaria. A Teoria das Descrições de Russell, apresentada por Quine como uma possibilidade de resolução para o problema de Pégaso, configuraria também um bom demonstrativo da inconsistência da tentativa anselmiana de postular Deus como necessariamente existente, haja vista que

Quando um enunciado sobre o ser ou o não ser é analisado segundo a teoria as descrições de Russell, ele deixa de conter qualquer expressão que pretenda até mesmo nomear a suposta entidade cujo ser está em questão, de modo que já não se pode considerar que a significatividade do enunciado pressuponha haver tal entidade. (QUINE, 2011, p. 19)

Mas, retornando às teorias quineanas mesmas, poderíamos ainda encontrar insuficiência no argumento ontológico partindo da perspectiva de que é preciso superar a relação de identidade entre nomear e significar, e não fazer confusão entre ambas. Quando trata da teoria dos significados, Quine faz distinção entre termos singulares e termos gerais. Os termos gerais dizem respeito a predicados, e seus significados estão ligados à noção de extensionalidade, isto é, à classe de todas as entidades a que esse termo se refere. Os termos singulares, por sua vez, pretendem nomear uma entidade, abstrata ou concreta, e seu significado está ligado à noção de intencionalidade. Se temos Deus como termo singular, então toda a tentativa de Santo Anselmo de exigir a existência de Deus como fato na realidade, em um apelo referencialista, e de exigir que o termo Deus nomeia algo existente, perde completamente a validade, pois “podemos usar termos singulares significativamente em sentenças, sem pressupor que haja as entidades que esses termos pretendem nomear” (QUINE, 2011, p. 25). O termo Deus pode continuar dotado de significância, mas completamente esvaziado de qualquer referência real, ou antes, livre de qualquer necessidade de existir na realidade, para então possuir significado. Ademais, se lançamos mão da teoria quineana percebemos uma certa contradição intrínseca, não apenas nesse postulado anselmiano, mas na metafísica como um todo, haja vista o forte apelo referencialista que há na nossa pretensa ontologia. Reside, neste ponto, um grande problema que a faz sucumbir ante o próprio peso, já que se pretende o universal, que é por si só inflado, é *flatusvocis*, mas para validar o tal universal, e oferecê-lo caráter de necessário, contraditoriamente, compromete-se com o referencial, com o extenso, que é, antes de tudo, um particular, um existencial. E o final dessa contraditória empreitada será sempre o inevitável ruir.

Frente ao exposto, torna-se notória a importância de uma crítica ao argumento ontológico de Santo Anselmo, não obstante a sua relevância para a época em que foi lançado. A inconsistência de tal argumento, que já havia sido apontada por seu contemporâneo Gaunilo, quanto pelo moderno Kant, torna-se mais

evidente quando confrontado com a filosofia de Quine, que traz as grandes problemáticas e teorias que perpassam a contemporaneidade filosófica.

A abordagem do tema, no presente trabalho, foi feita de maneira sucinta, visando à clareza e à objetividade, porém o seu mérito está no fato de se tratar de um trabalho inédito. Constatamos que ainda não houve no meio filosófico consideráveis iniciativas que visem a analisar o argumento ontológico à luz da filosofia analítica quineana, e das grandes questões da linguagem atualmente. Desse modo, este trabalho não esgota a temática, havendo ainda necessidade de uma maior reflexão e interpretação, e aquilo que porventura não foi abordada com a devida profundidade, ou questões que ficaram ainda em aberto nesta nossa primeira abordagem, deverão ficar sobre a mesa para serem retomados em um outro momento.

REFERENCIAS

ANSELMO. **Monólogo, Proslógio, A Verdade, O Gramático**. Col. OsPensadores, VII. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

_____. **Monólogo, Proslógio, A verdade, O gramático**. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

ANTISERI, Dario; REALE, Giovanni. **História da Filosofia**: Antiguidade e Idade Média. Vol1. 8. ed. São Paulo: Paulus, 2003.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Trad. Fernando Costa Mattos. Ed. Vozes, 2010.

MARTINES, Paulo Ricardo. **O argumento único do Proslógion de Anselmo de Cantuária**. Coleção Filosofia, 53. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

MEDEIROS, Rebecka Rabêlo. **A desconstrução quineana do argu-**

mento ontológico de Santo Anselmo. Trabalho de Conclusão de Curso: Bacharelado em Filosofia. Orientadora: Eleonoura Enoque da Silva. UNICAP- PE, 2013.

QUINE, W. V. O. **Relatividade Ontológica e Outros Ensaios.** In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural.

_____. **De um ponto de vista lógico:** nove ensaios lógico-filosóficos. Trad. Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. **Palavra e objeto.** Trad. Sofia Inês A. Stein e Desidério Murchio. São Paulo: Vozes, 2010.

STREFLING, Sérgio Ricardo. **O argumento ontológico de Santo Anselmo.** Coleção Filosofia, 2. 2ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.